

RELAÇÃO EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA

Maria Jane Souza dos Santos
Universidade Estadual da Bahia

RESUMO: O presente estudo intitulado ‘Relação Educação e violência’ visa tecer reflexões sobre as violências nas escolas, elencando alguns significados que lhes são dados. Para tanto, faremos um sobrevoos sobre as desigualdades educacionais. O estudo justifica-se por entender que a escola, especificamente a escola pública, é um direito de todo cidadão por meio do qual poderá ter acesso a outros direitos. No entanto, a escola se vê invadida pela violência, negando assim o diálogo como fonte articuladora do convívio social. Empregou-se a metodologia pautada na pesquisa documental e no uso de bibliografia específica, o que possibilitou uma visão ampliada e qualificada sobre o tema. Para a fundamentação teórica, foram elencadas basicamente as seguintes autoras: Abramovay e Rua (2002), Gomes (2015) e Ivenick (2019). Os resultados obtidos evidenciam que a violência sempre esteve presente no espaço escolar e são inúmeras as explicações e conceitos para o fenômeno. Sendo assim, as instituições educacionais precisam repensar o trabalho pedagógico na perspectiva inclusiva e democrática em vista a diminuir os episódios violentos em seus espaços.

Palavras-chave: Diálogo. Educação. Violências na escola.

Introdução

Esse estudo visa tecer reflexões sobre as violências nas escolas, elencando alguns significados que lhes são dados, para isso faremos um sobrevoos sobre as desigualdades educacionais. Entendendo a escola, especificamente, a pública como um direito de todo cidadão que, por meio dela, os indivíduos poderão ter acesso a outros direitos, no entanto se vê invadida pela violência, assim negando o diálogo como fonte articuladora do convívio social.

A educação proporciona a todos os sujeitos a formação inerente para acesso aos princípios básicos da atuação enquanto cidadão, incluindo crianças, adolescentes, jovens e adultos, na garantia de sua participação em todos os processos que envolvem as produções políticas, sociais, culturais e econômicas. Neste sentido, como uma educação equânime e de qualidade, a “[...]constatação-denúncia das desigualdades educacionais e a defesa da igualdade da educação (escolar, sobretudo) para a igualdade social, cidadã, têm mantido em tensão política o pensamento pedagógico.” (ARROYO, 2018, p. 1099).

Assim faz-se necessário uma luta por uma educação amparada na igualdade, em vista às desigualdades presentes na nossa sociedade contemporânea. Diante disso, “[...] desigualdades sociais, étnicas, raciais, de gênero, lugar são históricas, produzidas por sujeitos concretos históricos, sujeitos de classe, etnia, gênero, raça.” (ARROYO, 2018, p. 1100) que

possa assegurar os processos de transmissão de conhecimentos, principalmente valores éticos, morais, além dos conhecimentos técnicos, fundamentais para a vivência social.

Desta forma, às escolas cabem cumprir uma de suas funções, que é promover escolaridade que atenda as camadas mais pobres e que sempre viveram às margens das políticas educacionais. Quanto a tais políticas, Ivenick (2019) afirma que:

[...] produzidas em contextos macro-estruturais, vêm a ser hibridizadas, recontextualizadas e ressignificadas nos diversos níveis meso (por exemplo, de secretarias estaduais e municipais de educação) e micro (nos projetos políticos pedagógicos e nas práticas docentes), com significados plurais e locais, que devem ser levados em conta nas análises, bem como em processos de formação continuada de atores educacionais, centrais em sua implementação (IVENICK, 2018, p. 01).

A contribuição da autora faz necessário para compreender que diferentes segmentos sociais vêm enfrentando diversas dificuldades que impossibilitam a sua elevação a níveis de escolaridade que garantam sua consciência plena. Vale destacar que essas dificuldades estão enraizadas na sociedade – o que evidencia que tanto a cultura da violência – simbólica, física ou verbal – quanto a negação da pluralidade de ideias, sempre estiverem presentes no espaço escolar, como instrumento de perpetuação de interesses políticos, culturais e morais de um pensamento dominante hegemônico e assim gerando a evasão e/ou fracasso desses atores.

Para a elaboração desse estudo, utilizou uma pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos e sites, se baseando principalmente nos estudos de Abramovay e Rua (2002), Gomes (2015) e Ivenick (2019).

Nessa perspectiva, tem se destacado a necessidade de refletir sobre os conflitos que existem nas escolas. A literatura revela que são inúmeras as explicações para o fenômeno da violência no espaço escolar, mas nenhuma apresenta uma definição completa, pois a violência está ligada a fatores psicológicos, sociológicos, econômicos e políticos e se manifesta em vários setores da sociedade.

Para tal, urge que as instituições de ensino ampliem o olhar sobre o significado de violências na escola e impregnem-se de práticas pedagógicas na perspectiva democrática, inclusiva e de valorização da diversidade por meio do diálogo, sem cair na lógica do pensamento único, que venham requisitar experiências positivas que diminuam os episódios de violência presentes no contexto escolar.

Educação e violências

As teias que envolvem educação e o agravamento de violências evidenciam um tema complexo, que vem ganhando visibilidade política em diversos setores, principalmente no campo educacional. Faz-se preciso pensar numa educação que busque o diálogo como ferramenta primordial de fonte de conhecimento e, portanto, medida de enfrentamento e prevenção da violência. Nesse sentido, “reconhecer que o sistema atual não inclui a todos, não basta. É necessário, precisamente por causa desse reconhecimento, lutar contra ele [...]” (FREIRE, 2000, p. 56) e assim assumir uma luta por uma educação coerente e democrática a favor da diversidade e pluralidade de saberes.

A educação ocupa-se da formação humana em um determinado tempo e lugar. Desta forma, implica considerar a realidade e as mudanças pelas quais a sociedade passa, mostrando-se ao mesmo heterogênea e homogênea. Neste sentido, a escola precisa assumir compromisso com objetivos que promovam o desenvolvimento e as aprendizagens dos sujeitos que estão inseridos em contextos socioculturais diversos e concretos.

Diante dessa realidade, a escola se vê envolvida e imersa em uma complexidade dissonante e divergente que gera conflitos cada vez mais intensos. Assim, a violência vem se afirmando, cada vez que as relações ultrapassam os limites da civilidade. Ivenick (2019) corrobora esse pensamento ao afirmar que “[...] preconceitos, assédios e quaisquer formas de violência, racismos, sexismos, *bullying* e outros [...]” (p. 2) se tornam realidade nos ambientes escolares, atingindo todos os atores envolvidos e gerando ainda mais a exclusão de grupos vulneráveis.

Como consequência direta, vemos crianças e adolescentes que, muitas vezes em idade escolar, quando não estudam, vivendo nas ruas e se tornando presas fáceis para a criminalidade. Como consequência indireta, crianças e jovens que frequentam uma escola que não atende seus anseios, se envolvem em atos de violência (física, verbal, simbólica) dentro da escola, quer seja, com empurrões, xingamentos ou mesmo socos e pontapés.

Essa exclusão na educação que atinge muitas crianças, adolescentes e jovens relaciona com outros processos nos campos políticos, culturais e econômicos, Barreto (1992) reflete sobre o processo de produção de exclusão social brasileira, ao afirmar que “a maioria da juventude é excluída da participação política e do processo de produção econômica, social e cultural, por não ter acesso à educação básica e, em menor número, por buscar no caminho do crime o sucedâneo para a frustração social.” (BARRETO, 1992, p. 55). Nessa direção, fica evidente a relação entre educação e violência, “portanto, nesse mesmo ponto, ocorre o elo entre – violência

e educação – como se houvesse uma recíproca integração entre essas duas esferas humanas [...]” (OLIVEIRA, 2012, p. 48).

A violência que invadiu o espaço escolar vem comprometendo um trabalho pedagógico autônomo, que deve valorizar todos os sujeitos enquanto processo de igualdade e diferença. Desta forma, a ausência ou uma educação precária pode prejudicar o futuro dos indivíduos, pois, interfere diretamente na qualidade de emprego, saúde e moradia e aumenta as chances de envolvimento em atos violentos. Diante da relação entre educação e violência – elemento constituinte da sociedade –, é preciso, segundo Candau (2008) “[...] promover uma educação para o reconhecimento do ‘outro’, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais”. (p. 52). Nesta perspectiva, a autora defende uma educação “[...] orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade” (CANDAU, 2008, p. 52).

As reflexões sobre a educação vêm se ampliando, ainda mais em uma sociedade desigual que busca considerar e afirmar as diversas identidades que atravessam as orientações sexuais e de gênero, raça, etnia e as diferentes construções sociais. Como afirma Arroyo (2018), “O pensamento educacional vem destacando a estreita relação entre desigualdades sociais e educacionais [...]” (p. 1099). Essa questão impõe um compromisso com o reconhecimento da diversidade e com as mudanças no pensamento político, social e pedagógico.

Com referência à superação das desigualdades sociais por meio da igualdade educacional, é necessário problematizar qual o paradigma de igualdade educacional a ser decretado e quais os grupos raciais, sociais, étnicos, sexuais que são tidos como padrões e quais os que são tidos como modelo da desigualdade. Arroyo (2018, p. 1101) elucida que:

Desde a colonização, acompanha-nos o padrão Nós, colonizadores, brancos, homens autodecretados Humanos, iguais em Humanidade, e os Outros, colonizáveis decretados na desigualdade, mais radicais, in-humanos. Desigualdade de humanidade referente das desigualdades sociais de etnia, raça, gênero, classe.

Tendo em vista a constituição de um padrão de igualdade que avança socialmente, concomitante com um modelo economicamente excludente, se detectam graves e profundas violações que ferem o direito à vida, à liberdade, à dignidade humana e que, com isso, geram várias violências que muitas vezes não são percebidas. “Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas, porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira.” (CHAUÍ, 2011, p. 383).

Ademais, pautando nas reflexões de autores como Arroyo (2018) e Chauí (2011), podemos reconhecer que “[...] esse paradigma-protótipo de igualdade tem sido segregador,

excludente, abissal, sacrificial de milhões como desiguais [...]” (ARROYO, 2018, p. 1100), e que a sociedade brasileira é estruturada com base nas desigualdades econômica, social, política e em exclusões que, dessa maneira, não são consideradas como formas de violências, ou seja, “[...] a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta, e a violência aparece como um fato esporádico de superfície” (CHAUÍ, 2011, p. 383).

Observando a atenção que o tema requer por estar interseccionado por múltiplos fatores, facetas, causalidades, encoberto no cotidiano por episódios naturalizados, a violência se apresenta como “[...] a violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. Eis por que o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime” (CHAUÍ, 2000, p. 433).

Diversas pesquisas apontam a complexidade subjacente à definição da violência, neste enfoque Ristum e Bastos (2004) reconhecem a dificuldade de construir um conceito que pudesse abarcá-la “[...] além das muitas formas que a violência pode assumir, coloca-se, ainda, o problema da intensidade da violência, estando, na regência da referida delimitação, as normas legais e culturais que orientam a classificação das ações humanas em violentas e não-violentas” (RISTUM; BASTOS, 2004, p. 227).

Assim tomando as falas das autoras Chauí (2000) e Ristum e Bastos (2004) que ofereceram importantes informações acerca da polissemia quanto à conceituação da violência, torna-se necessário reconhecer a dificuldade de definir, ao mesmo que oferece outras possibilidades que ajudarão a compreender o fenômeno, Zaluar (1999) reforça que “além de polifônica no significado, ela é também múltipla nas suas manifestações [...]” (p. 08), portanto não sendo possível haver uma definição substantivamente completa.

Retomando a reflexão inicial sobre a educação e o agravamento da violência, visto que não são temáticas estanques, compartimentadas, “[...] mas uma reflexão integrada, necessariamente multidisciplinar, onde possam ser discutidos em sua natureza específica, na sua abrangência e inter-relacionamento” (ZALUAR, 1992, p. 55), reconhecemos que a instituição escolar ocupa um lugar importante na formação de valores, condutas e padrões dos sujeitos, destarte, uma possibilidade de justiça social e promotora de novas atitudes no combate às violências.

Nessa perspectiva, Noletto (2004) assevera que

[...] uma educação pode se destacar como fator de coesão, procurando levar em conta a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, promovendo o diálogo e a compreensão entre os que se afirmam como diferentes, evitando,

por conseguinte, continuar a ser um fator de exclusão social (NOLETO, 2004, p. 29).

As reflexões aqui apresentadas, com base na literatura arrolada, alertam para “[...] a ligação entre o mundo educacional e o mundo da violência” (ZALUAR, 1992, p. 59), assim pode se observar a educação como alternativa para se alcançar o entendimento e os diálogos respeitadores ao ser humano na sua integralidade no que diz respeito à sua sexualidade, origem, etnia, raça e demais identidades, rompendo com a lógica das discriminações, racismos, exclusões e outras formas de violências.

Podemos ainda ressaltar que, contrapondo-se às práticas violentas “duras” e outras formas de violências, a educação precisa se expandir a tal ponto que garanta a presença dos elementos culturais e históricos além dos saberes de todos grupos sociais, étnicos, raciais e políticos com seus conflitos, contradições e potenciais com o intuito de promover o protagonismo de todos os sujeitos e combater a violência “[...]por intermédio do diálogo, de modo a criar um etos efetivamente multicultural” (EVANICK, 2019, p. 05).

Violências no âmbito escolar

Os conceitos sobre violência escolar são polissêmicos, complexos e multifacetados. De acordo a literatura sobre a temática, a pluralidade de conceitos dificulta a construção de uma única definição conceitual.

Para Ristum e Bastos (2004), as principais características da violência que denotam sua grande complexidade estão relacionadas à polissemia do seu conceito; à controvérsia na delimitação de seu objeto; à quantidade, variedade e interação de suas causas; e à falta de consenso sobre sua natureza.

Gomes (2015), tecendo comentário sobre a violência no âmbito escolar, afirma que:

A literatura contemporânea fala hoje em violências, no plural, para expressar suas múltiplas formas, suas múltiplas facetas e seus múltiplos condicionantes e ainda os níveis diversificados de suas consequências, e os diversos graus das sequelas que provocam. Em termos de abordagens explicativas do fenômeno existem as tendências às análises sociológicas e psicológicas, umas e outras dicotomizando, ou fragmentando a sua compreensão (GOMES, 2015, p. 42).

Ainda de acordo com a perspectiva de Gomes (2015), os fatores que favorecem os graus de violências no ambiente escolar são: condições dos estabelecimentos e forma de

gestão, clima da escola, características das relações entre professores, alunos e gestores, condições de vulnerabilidade socioeconômica familiar e da sociedade mais ampla.

Sob o ponto de vista de Charlot (2002), o fenômeno da violência escolar não é recente, pois há registro de violência no ambiente escolar no século XIX. Para o autor, as suas formas de manifestação, no cenário atual, é que são mais severas.

Charlot (2002) pontua a necessidade de estudar o fenômeno da violência em suas manifestações enquanto violência à escola, violência na escola e violência da escola. A primeira refere-se àquela que está direcionada às atividades da Instituição (formas de violência que se manifestam por meio de agressões contra os professores, funcionários, outros). A segunda faz alusão àquela que ocorre dentro do ambiente escolar. A terceira está relacionada à violência sutil praticada pela escola, a violência simbólica.

Os motivos que levam o cometimento de violências na escola são gerados por fatores diversos, dentre os quais se podem citar: comércio e consumo de drogas lícitas e ilícitas (tanto no interior da escola quanto em outros espaços fora dela); baixa qualidade da educação oferecida nas instituições de ensino; incapacidade das autoridades governamentais em propor e implantar políticas que garantam ao cidadão acesso aos direitos básicos, conforme previsto em lei.

As formas de manifestações de violências identificadas na escola, conforme Gomes e Tibiriçá (2015), ocorrem tanto por agressões verbais quanto físicas. Suas formas de expressão se dão em atos de xingamentos, ofensas, constrangimentos, humilhações, inclusive, reiteradas vezes como os que se dão no *bullying*. Além disso, há também a prática delituosa como roubos, furtos, violência sexual, ameaças de morte, lesão corporal, dentre outros. Ainda restam as práticas de violências cultural, religiosa, étnico-racial, ideológica que passam a compor a lista. Para as autoras, “as violências que ocorrem na escola causam impactos físicos e psicológicos e em perdas de vidas” (GOMES; TIBIRIÇÁ, 2015, p. 232).

De acordo com Abramovay e Rua (2002), a escola encontra-se em uma situação de vulnerabilidade em relação à violência, perdendo, inclusive, em muitos casos, sua legitimidade no que diz respeito à educação.

Ainda de acordo com as autoras, os comportamentos violentos que são manifestados nas escolas, são de caráter polimorfos:

Tanto na literatura estrangeira como nacional, os trabalhos sobre violências nas escolas, recorrem a múltiplas associações das ocorrências com características e atributos das vítimas e dos agressores; ou com as distintas instituições e ambientes pelos quais circulam os jovens, que por sua vez, tem

dinâmicas sociopolítico-culturais singulares [...] (ABRAMAVOY; RUA, 2002, p. 75).

Segundo Gomes (2015), a violência se manifesta como expressão de poderes nas relações sociais estabelecidas no cotidiano, por meio de atos de incivilidade, falta de respeito e conflitos cada vez mais banalizados no modelo da sociedade vigente. Assim, buscar formas para prevenir e reduzir a violência no âmbito escolar é, hoje, um grande desafio para gestores, coordenadores, professores e todos os agentes envolvidos com a educação e o ato de educar. As formas severas da violência no cenário atual das escolas brasileiras causam impotência, medo e indignação.

Outro alerta sobre a dificuldade de definir violências na escola relaciona-se aos escritos de Evanick (2019) que incluem:

[...] insatisfação de professores, baixos salários e conflitos culturais, com a presença de sujeitos com culturas plurais, incluindo, por exemplo, imigrantes, culturas estas, muitas vezes, dissonantes do currículo oficial e percepções negativas a eles associadas, prejudicando o clima escolar. (EVANICK, 2019, p. 4)

O estudo sobre violências no meio escolar deverá levar em consideração a dificuldade quanto à sua definição. Desta forma, deve-se atentar aos riscos de expandir demasiadamente seu conceito, ou, ao contrário, excessivamente limitá-lo, pois, como afirma Debarbieux e Blaya (2002): “Não pode haver um conhecimento total acerca da violência nas escolas – porque ela só pode ser representada de formas parciais, e devemos ou aceitá-las como tal ou nos permitir cair na fantasia da onisciência, que é tudo menos ciência.” (p. 65).

De tal sorte, para entender a questão da violência na escola e a dificuldade em conceituá-la, é preciso fazer uma análise de como ela deve ser tratada, ou seja, como um fenômeno e não apenas como um ato, aprofundando o estudo segundo diferentes abordagens. Ainda considerando o estudo de Debarbieux e Blaya (2002), sobre a problemática da definição do tema, os autores chamam atenção de que os pesquisadores deveriam considerar os resultados em que são apresentados os pontos de vistas, tornando as pesquisas legíveis. Nessa direção, refletem sobre a vantagem de acumular conceitos “[...] que giram em torno do assunto, construindo um conhecimento que é sempre temporário e que deve ser substituído assim que surgirem novos indicadores e novas operações de pesquisa.” (DEBARBIEUX; BLAYA, 2002, p. 65).

Diante da polissemia e complexidade que as violências nas escolas se apresentam, dificultando a construção de um único conceito, o seu sentido pode ser definido a partir

do contexto histórico e social os quais formam a sociedade. Para além da violência física expressada por meio de atos “duros” visíveis, há outras manifestações da violência nos espaços escolares. A respeito da violência simbólica, Souza (2012) afirma o seguinte:

Na perspectiva Bourdieusiana, a violência simbólica se expressa na imposição legítima e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante e há uma correlação entre as desigualdades sociais e escolares. As posições mais elevadas e prestigiadas dentro do sistema de ensino (definidas em termos de disciplinas, cursos, ramos do ensino, estabelecimentos) tendem a ser ocupadas pelos indivíduos pertencentes aos grupos socialmente dominantes. (p. 21)

Ainda sob o ponto de vista de Souza (2012):

No campo educacional, dada a sua natureza, a violência simbólica muitas vezes passa despercebida. Não obstante, em algumas situações, ela é claramente identificável. Quando as regras da escola não são claras, quando os alunos são pré-julgados ou não são escutados, quando os professores se afastam muitas vezes porque não conseguem responder aos anseios dos educandos ou, ainda, quando há a imposição de tarefas dobradas a estes, é exercida a violência simbólica. (p. 31)

Ademais, ocorrências mais graves de violências (homicídios, roubos e ameaças de morte, por exemplo) que demandam a escola recorra à interferência das instituições de Segurança Pública, por meio da atuação policial, ou conflitos de níveis menos tensos. Todas as manifestações de violências afetam a relação humana. Sendo assim, ao analisá-las deve-se considerar, de forma globalizada, os danos provocados tanto aos agressores, quanto às vítimas e à comunidade em geral, pois há consequências físicas e psicológicas de forma efetiva no processo de ensino e aprendizagem, evitando uma compreensão genérica da questão.

Charlot e Emin (1997) também trazem reflexões acerca dessa dificuldade em construir uma definição da violência escolar, porque além de remeter a fenômenos heterogêneos de difícil delimitação de forma ordenada, também desestrutura representações sociais que têm valores fundamentados em construções históricas e culturais, como a ideia de infância que está relacionada à ideia de inocência, e também a de espaço escolar como lugar de paz.

Além desses, existe outro fator que aumenta ainda mais a dificuldade para fazer essa análise sobre violência escolar: ausência de consenso do significado de violência, assim deixando lacunas para cada estabelecimento definir o que é ou não violência de acordo com o *status*, idade e, muito provável, o sexo de quem faz o relato.

São várias as definições e explicações para o fenômeno das violências na escola, não havendo um consenso. No entanto, todas condensam a ideia de que as violências alteram as

relações sociais, impondo ainda mais o desafio para lidar com elas, pois se apresentam como multidimensionais, pluricausais e transdisciplinares.

Considerações finais

No que concerne à relação de educação e violências, como apresentado nesse estudo, destacamos que a educação é ferramenta primordial para a formação da cidadania, portanto, por meio dela o cidadão desenvolve suas potencialidades, tomando-se sujeito de direito. Como também, sua ausência compromete negativamente a vivência em sociedade, tendo o cidadão mais chances de envolvimento com atos indesejáveis.

Face ao que foi apresentado, fica evidente que a violência que se vivencia nos espaços escolares tem relação direta com fatores resultantes da negação do diálogo e de práticas que excluem crianças, adolescentes e jovens pertencentes a segmentos sociais marginalizados. Consequentemente, a ausência de uma escolaridade vai impactar diretamente nas chances de um futuro digno, além de tornar-se barreira para outros serviços, como emprego e, qualidade de vida, dentre outros. Dessa forma, o elo entre a educação e violência se comprova.

De fato, a violência é um fenômeno que possui vários conceitos, causas e explicações, assim a negação do Outro, seus valores, saberes e culturas, o não reconhecimento dos direitos de grupos marginalizados, as desigualdades econômicas, sociais e culturais destacam reconhecer que a sociedade é desigual e reprodutora de desigualdades, logo desigual nos aspectos educacionais. Em razão disso, é preciso manter e persistir a luta por uma educação cidadã e democrática que atenda a demanda de toda a população.

Os estudos sobre as violências nas escolas têm se mostrado relevantes, pois, são inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos atores que compõem o ambiente escolar e são afetados pelo fenômeno da violência. Com efeito, permitem compreender suas diversas manifestações e construir saídas para diminuir esse fenômeno, por meio de práticas educacionais inclusivas e multiculturais.

Paralelamente, compreende-se que as violências são múltiplas e que podem ser de ordem grave – agressões físicas e xingamentos – ou de ordem sutil – atos simbólicos que afetam profundamente as relações sociais no espaço escolar, causando sentimento de insegurança, medo e outras violências, não havendo uma definição que possa ser completa para explicar esse fenômeno.

Portanto, diante das violências que invadem as escolas, alterando seu funcionamento e implicando na perda até de sua legitimidade enquanto espaço originário da formação humana,

se faz urgente aprofundar reflexões que apontem para reconstrução dos espaços escolares tendo em vista práticas voltadas para a justiça social, inclusão educacional; que pensem nos sujeitos das diversas camadas sociais e que estabeleçam diálogo como promotores de saberes e conhecimentos acumulados historicamente, ou seja, uma educação que abarque, respeite e valorize a pluralidade de ideias; em outras palavras, um ensino de qualidade para todos/as.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ARROYO, Miguel. Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 1098-1117, out. - dez., 2018.

BARRETO, Vicente. Educação e violência: reflexões preliminares. In. _____ (Org.) **Violência e Educação**. São Paulo: Livro do Tatu: Cortez, 1992. p. 55 – 64.

CANDAU, Vera M. **Direitos humanos, educação e interculturalidade**: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37 jan. - abr. 2008.

CHARLOT, Bernard. **A violência na escola**: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 432-443, jul - dez, 2002.

CHARLOT, Bernard; ÉMIN, Jean-Claude (Coords.). **Violences Icole Etat des savoirs**. Paris: Masson & Armand Colin Editeurs, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Ética e Violência no Brasil**. *Revista Centro Universitário São Camilo*, p. 378-383, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (Org.). **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

GOMES, Celma Borges (Org.). **Violências nas escolas:** em busca de uma cultura da não violência. Curitiba: CRV, 2015.

IVENICK, Ana. A escola e os desafios na contemporaneidade. **Ensaio:** Avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 27, n.102, p. 1-8, jan. - mar., 2019.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch; CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY; Miriam (Org.). **Abrindo espaços:** educação e cultura para a paz. 3. ed. Brasília: UNESCO, 2004.

OLIVEIRA, José Eduardo de. **Violência escolar:** Os gestores, as interfaces com as unidades de apoio e as dificuldades de enfrentamento. Biblioteca 24 horas. São Paulo, 2012.

RISTUM, M.; BASTOS, A. C. S. Violência urbana: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 1, p. 225-239, 2004.

SOUZA, Liliane P. de. A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. **Revista Labor**, n 7, v. 1, 2012.

ZALUAR, Alba. Exclusão social e violência. In: _____ (Org.). **Violência e Educação**. São Paulo: Livro do Tatu: Cortez, 1992. p. 37-54.

ZALUAR, A. **Um debate disperso:** violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em perspectiva, 13 (9), 1999. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/spp/v13n3/v13n3a01.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2021.

Sobre a autora:

Maria Jane Souza dos Santos

Mestranda em Educação, Universidade Estadual da Bahia (UNEB); Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas-Brasil; Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC); Grupo de Pesquisa sobre Gênero, Sexualidade, Raça/Etnia e Classe Social (DIADORIM); Email: mjanesouza@hotmail.com